



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais fotográficos, além de monitores de vídeo e microfones, com garantia do fornecedor, conforme especificações, condições, exigências e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, para atender as necessidades da Escola de Inteligência (ESINT) da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

1.2. Os objetos a serem adquiridos deverão ter as seguintes especificações técnicas básicas:

GRUPO 1						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	<p><b>Câmera fotográfica profissional – Marca/Modelo de referência: Canon 6d Mark II, similar ou de melhor qualidade, integrada com lente profissional EF 24-105mm f/4L.</b></p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <p>a) Deve permitir a conectividade por <i>wi-fi</i>, <i>NFC</i>, <i>Bluetooth</i>;</p> <p>b) Possibilidade de comando por meio de aplicativo de celular (sistema operacional <i>android</i>);</p> <p>c) Sensor de imagem de 26 <i>Megapixels</i> ou superior;</p> <p>d) Tamanho do sensor: 35,9 mm x 24 mm;</p> <p>e) Sensibilidade do ISO de até 40000 ou superior;</p> <p>f) Visor eletrônico <i>touchscreen</i> traseiro de 3 polegadas articulável;</p> <p>g) Possuir GPS integrado;</p> <p>h) O fabricante deverá oferecer a garantia das máquinas fotográficas digitais pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a partir da certificação de entrega, contra qualquer defeito de fabricação.</p>	150012	Unidade	10	R\$ 16.830,63	R\$ 168.306,30
2	<p><b>Câmera fotográfica profissional (somente o corpo). Marca/Modelo de referência: Canon 6d Mark II, similar ou de melhor qualidade.</b></p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <p>a) Deve permitir a conectividade por <i>wi-fi</i>, <i>NFC</i>, <i>Bluetooth</i>;</p> <p>b) Possibilidade de comando por meio de aplicativo de celular (sistema operacional <i>android</i>);</p> <p>c) Sensor de imagem de 26 <i>Megapixels</i> ou superior;</p> <p>d) Tamanho do sensor: 35,9 mm x 24 mm;</p> <p>e) Sensibilidade do ISO de até 40000 ou superior;</p> <p>f) Visor eletrônico <i>touchscreen</i> traseiro de 3 polegadas articulável;</p> <p>g) Possuir GPS integrado;</p> <p>h) O fabricante deverá oferecer a garantia das máquinas fotográficas digitais pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a partir da certificação de entrega, contra qualquer defeito de fabricação.</p>	150012	Unidade	02	R\$ 12.458,71	R\$ 24.917,42
3	<p><b>Lente para câmera fotográfica, compatível com produto especificado no item 2.</b></p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <p>a) Deve ser compatível e do mesmo fabricante do produto especificado no item 2, permitindo o funcionamento do conjunto;</p> <p>b) Lente 50 mm f/1.4 de abertura máxima, sistema USM de autofoco, encaixe compatível com sistema EF, com estabilizador.</p>	26905	Unidade	01	R\$ 1.682,43	R\$ 1.682,43
4	<p><b>Lente para câmera fotográfica, compatível com o produto especificado no item 2.</b></p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <p>a) Deve ser compatível e do mesmo fabricante do produto especificado no item 2, permitindo o funcionamento do conjunto;</p> <p>b) Lente 85mm f/1.8 de abertura máxima, sistema USM de autofoco, encaixe compatível com sistema EF, com estabilizador.</p>	26905	Unidade	01	R\$ 1.922,62	R\$ 1.922,62
5	<p><b>Bateria recarregável de Íons de Lítio (1800 mAh) para câmeras fotográficas profissionais, compatível com os produtos especificados no itens 1 e 2. Marca/Modelo de referência: Canon EOS, modelo CANON LP-E6N original, similar ou de melhor qualidade.</b></p>	21881	Unidade	14	R\$ 384,66	R\$ 5.385,29
6	<p><b>Monitor de vídeo 4K HD, compatível com o produto especificado no item 2. Marca/Modelo de referência: Feelworld, iliput, similar ou de melhor qualidade.</b></p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <p>a) Monitor de vídeo 4K de alta resolução (resolução Full HD);</p> <p>b) 7 polegadas;</p>	150699	Unidade	02	R\$ 2.001,84	R\$ 4.003,69

	c) 4K entrada HDMI & loop de saída; d) Deve conter monitor, braço para fixação do monitor, cabo micro HDMI/HDMI padrão, pára-sol e manual.					
7	<b>Bolsa para transporte de câmera fotográfica profissional e acessórios (lentes, carregador, bateria e cartão de memória) compatível para acondicionamento de máquina Canon 6D Mark II ou similar. Marca/Modelo de referência: Canon 300 DG, similar ou de melhor qualidade.</b>  Dimensões mínimas do produto (AxLxP): 203x190x254 mm	150435	Unidade	12	R\$ 301,54	R\$ 3.618,48
<b>TOTAL DO GRUPO 1</b>						<b>R\$ 209.836,23</b>
<b>ITENS NÃO AGRUPADOS</b>						
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO/ CATMAT</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL</b>
8	<b>Tripé universal de alumínio para câmera fotográfica. Marca/Modelo de referência: Weifeng, similar ou de melhor qualidade.</b>  Especificações técnicas mínimas: a) Em alumínio, com capacidade de carga mínima de 3kg e cabeça com ajustes para os 3 eixos, facilitando a filmagem/fotografia em diversos ângulos; b) Sistema de abertura e fechamento das seções de pernas do tipo "quick release"; c) Regular em por manivela para elevação e abaixamento do tripé; d) Pés em borracha antiderrapante; e) Tamanho mínimo aberto: 60 cm.	26867	Unidade	03	R\$ 296,46	R\$ 889,38
9	<b>Monitor de vídeo ultrawide.</b>  Especificações técnicas mínimas:  a) Tela de 34 polegadas; b) Painel Curvo, tipo do painel IPS; c) Resolução de 2560x1080; d) Possuir ângulo de visão de 178º (horizontal e vertical); e) Entradas: HDMI, Display Port, USB 3.0; f) Tensão 100/240 (bivolt); g) Ajuste de altura; h) Suporte incluso; i) Deverá acompanhar fonte de alimentação adequada e todos os cabos necessários para a instalação e energização.	150699	Unidade	06	R\$ 4.158,55	R\$ 24.951,32
10	<b>Teleprompter. Marca/Modelo de referência: Tele-Prompter GazPrompter GTP19 ou de melhor qualidade.</b>  Teleprompter para notebook de até 19 polegadas, com controle e tripé.	150307	Unidade	01	R\$ 947,00	R\$ 947,00
11	<b>Microfone direcional para uso em equipamento de telefonia móvel. Marca/Modelo de referência: Rode Videomic ME, similar ou de melhor qualidade.</b>  Especificações técnicas mínimas: a) O microfone deve ser compacto e projetado para melhorar a qualidade de áudio de vídeos realizados por meio de aparelhos de telefonia móvel (smartphones); b) Deve ter cápsula de microfone condensador cardióide de alta qualidade para gravações de áudio de grande qualidade, projetado para uma acústica melhor; c) Alcance de frequência 100Hz - 20kHz; d) SPL máximo: 140dB SPL; e) Sensibilidade: -33,0dB re 1 Volt / Pascal (22,00mV a 94 dB SPL) +/- 2 dB a 1kHz; f) Ruído equivalente (ponderado A): 20dBA; g) Conexão de saída: Saída TRRS.	44032	Unidade	04	R\$ 790,07	R\$ 3.160,29
12	<b>Microfone direcional para uso em equipamento fotográfico do tipo DSLR. Marca/Modelo de referência: Rode Videomic GO, similar ou de melhor qualidade.</b>  Especificações técnicas mínimas: a) O microfone deve ser compacto e leve para uso em câmeras do tipo DSLR; b) Deve ter cápsula de microfone com qualidade de transmissão com padrão de captação supercardióide para capturar áudio de frente, enquanto minimiza recolhimento das laterais e traseiras; c) Ativos Eletrônicos: Conversor de impedância JFET com buffer de saída bipolar; d) Cápsula: 0,50";	44032	Unidade	02	R\$ 557,33	R\$ 1.114,66

	e) Padrão Polar: SuperCardióide; f) Tipo de Endereço: Fim; g) Faixa de Frequência: 100Hz - 16kHz; h) SPL Máximo: 120dB SPL; i) Sensibilidade: -35.0dB re 1 Volt / Pascal (17.80mV @ 94 dB SPL) +/- 2 dB @ 1kHz; j) Nível de Ruído Equivalente (A-weighted): 34d BA.					
13	<b>Microfone direcional tipo boom /espingarda. Marca/Modelo de referência: Rode NTG 4, similar ou de melhor qualidade.</b>  Especificações técnicas mínimas: a) O microfone deve ser compacto e projetado para melhorar a qualidade de áudio captados por meio de gravadores externos; b) Deve ter cápsula de condensador com baixo ruído, alta sensibilidade; c) Com as seguintes especificações técnicas: Microfone Shotgun Profissional Bateria interna com 150 horas de alimentação Phantom padrão polar: supercardióide; faixa de frequência: 20Hz - 20kHz (HPF @ 75Hz selecionado); impedância de saída: 2000Ω; SPL máximo: 135dB SPL (@ 1kHz, 1% THD into 1KO load); sensibilidade: -32.0dB re 1 Volt/Pascal (25.00mV @ 94 dB SPL) +/- 2 dB @ 1kHz; nível de ruído equivalente: 16dB-A; alimentação: bateria interna de lítio recarregável ou 48V Phantom Power; saída: XLR de 3 pinos; d) Potência Máxima: 7 dBu (a 1 kHz,1% THD em 1 kOhm) Dynamic Range: 119 dB (por IEC651) SPL Máximo: 135 dB Relação Sinal-Ruído: 78 dB SPL (por IEC651) Bateria: 150 horas de alimentação phantom em uma carga de 2 horas Conexão de saída: 22,00 x 278,00 milímetros.	44032	Unidade	01	R\$ 3.041,21	R\$ 3.041,21
14	<b>Câmera IP com microfone embutido. Marca/Modelo de referência: Intelbras VIP 3250, similar ou de melhor qualidade.</b>  Especificações técnicas mínimas: a) Sensor de imagem: 1/2.7" 2 megapixels; Progressive CMOS; Controle de ganho: Automático/Manual; Balanço do branco: Automático/Manual; Compensação de luz de fundo: BLC/HLC/WDR; Perfil Dia & Noite: Automático (ICR) /Colorido/ Preto e Branco; Modos de vídeo: Automático (ICR) /Colorido/ Preto e Branco; b) Obturador eletrônico: Automático; Manual: 1/3s ~ 1/100.000s; c) Iluminação mínima: 0,09 lux/F2.0 (Colorido, 1/3s, 30IRE); 0,5 lux/F2.0 (Preto e Branco, 1/3s, 30IRE); 0 lux/F2.0 (IR ligado); d) Lente: Distância focal: 2.8 mm; Abertura máxima: F2.0; Ângulo de visão: H: 112° / V: 60°; e) Vídeo: Compressão de vídeo: H.264/H.264B/H.265/MJPEG; Formato do vídeo: NTSC; f) Resolução de imagem/ proporção de tela: 1080p (1920 × 1080)/16:9; 1.3M (1280 × 960)/4:3; g) Taxa de bit: H.264: 8 kbps a 6144 kbps; H.265: 3 kbps a 6144 kbps; MJPEG: 40 kbps a 8192 kbps; h) Taxa de frames: Stream Principal: 1080p/ 1.3M/ 720p (1 a 30 FPS); Stream Extra: D1/ VGA/ CIF (1 a 30 FPS); i) Áudio: Compressão de áudio: G.711A/ G.711Mu/ G.726/ AAC; Interface: Interno (microfone embutido); j) Rede: Interface: RJ45 (10/100BASE-T); Throughput: 30 Mb/s; Onvif: Perfil S; Operação; k) Smartphone: iOS e Android; l) Protocolos e serviços suportados:- TCP/IP, UDP, IPv4, DHCP, ARP, ICMP, DNS, DDNS, RTSP, RTCP, HTTPs, HTTP, Filtro IP, SMTP, SSL, TLS, IGMP, Multicast, FTP, NTP, RTP, Onvif, Intelbras Cloud, Genetec; m) Características: Distância máxima do infravermelho: 50 metros (IR Ativo); Alimentação: 12 Vdc, PoE (802.3af); Proteção: Contra surtos e ondas eletromagnéticas; Nível de proteção: IP67; Consumo máximo de energia: <4,2 W; Temperatura de operação: -30 °C ~ +60 °C; Umidade relativa: <95%.	150334	Unidade	06	R\$ 852,63	R\$ 5.115,78
VALOR TOTAL DOS ITENS NÃO AGRUPADOS						R\$ 39.219,64
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO						R\$ 249.055,87

- 1.3. Para os itens do Grupo 1, em atenção ao art. 49, Inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, não haverá cotas reservadas para licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte.
- 1.3.1. O tratamento diferenciado, no caso concreto, representa prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, uma vez que pode resultar na aquisição de itens de marcas diferentes, incompatíveis entre si, o que traria prejuízos tanto financeiros quanto instrucionais para as atividades da ESINT.
- 1.4. Para os demais itens não agrupados, a licitação será exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 1.5. A licitação terá as propostas julgadas segundo o **menor preço por grupo para os itens agrupados** e o **menor preço por item para os itens não agrupados**.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, prorrogáveis na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. A ABIN, órgão da Presidência da República, ocupa a posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), tendo a seu cargo planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do país. Além disso, compete a esta Agência planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República; planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade; avaliar as ameaças internas e externas à ordem constitucional; promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de Inteligência.
- 2.2. Para o cumprimento de suas atribuições e sendo partícipe das ações de Inteligência relacionadas à Segurança Pública, a ABIN deve equipar-se com equipamentos capazes de auxiliá-la no desenvolvimento de suas atividades.
- 2.3. Na sua estrutura organizacional, a ABIN dispõe da ESINT para promover a capacitação permanente na atividade de Inteligência e o desenvolvimento da doutrina de Inteligência. A capacitação profissional desenvolvida pela ESINT é moldada para o atendimento de diversificados grupos de clientes: desde candidatos aprovados em concurso público para provimento de cargos do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN até servidores

integrantes de órgãos do SISBIN. A atividade da Escola é um vetor de multiplicação de experiências exitosas de fundamental valorização.

- 2.4. No que se refere ao desenvolvimento da doutrina de Inteligência, a ESINT busca promover a inovação de materiais que possam ser empregados na produção de conhecimento de Inteligência.
- 2.5. A proposta de aquisição de material para a ESINT está dividida em grupos de equipamentos, que serão a seguir justificados em termos de necessidade.
- 2.6. O primeiro conjunto de materiais é o de equipamentos fotográficos (câmeras, lentes, baterias, monitor e bolsa). O quantitativo foi mensurado com o intuito de que os materiais sejam utilizados tanto de forma individual quanto de forma conjunta, durante os cursos promovidos por esta Escola.
- 2.6.1. Ressalta-se que os itens relativos aos equipamentos fotográficos e seus acessórios foram agrupados (Grupo 1), pois não se mostra técnica e economicamente viável a aquisição de itens de marcas diferentes, incompatíveis entre si, o que traria prejuízos tanto financeiros quanto instrucionais para as atividades da ESINT.
- 2.6.2. Os demais itens (não agrupados) serão utilizados para atividades diversas, voltadas essencialmente à criação e elevação da qualidade dos materiais produzidos por esta Escola.
- 2.7. Tendo em vista as necessidades de formação e capacitação de recursos humanos, bem como o desenvolvimento da doutrina, é indispensável a aquisição dos equipamentos supramencionados.
- 2.8. **CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)**
- 2.9. Em atenção ao art. 5º, Inciso III, da IN/SLTI/MPOG nº 01/2010, os bens fornecidos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.
- 2.10. A Contratada deverá observar e zelar para que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados, conforme disposto no Inciso IV do art 5º da IN/SLTI/MPOG nº 01/2010.
- 2.11. A Contratada deverá aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.
3. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
- 3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.450/2005, por possuir padrões e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser lícitado na modalidade pregão, na sua forma eletrônica.
4. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**
- 4.1. Os objetos deverão ser entregues, acompanhados de Nota Fiscal/Fatura, em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho pela fornecedora, na Divisão de Almoxarifado da Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 1, Bloco S, Brasília – DF, CEP 70.610-905, em dia útil, no período das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas.
- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.6. O prazo de garantia do objeto desta contratação deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, ou então aquele concedido pelo fabricante dos produtos adquiridos, prevalecendo o maior.
- 4.7. Os produtos devem, obrigatoriamente, ser novos, originais e de primeiro uso.
- 4.8. Caso o objeto adquirido, neste compreendido os produtos novos, originais e de primeiro uso, apresente vício que não decorra do seu normal uso, a Contratada obriga-se a substituí-lo ou repará-lo às suas expensas durante o prazo de garantia.
- 4.9. Incumbe à Contratada o ônus da prova da origem do defeito.
5. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 5.1. São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 6.1.2. prover todos os cabos, conectores, caixas de conexão e acessórios necessários ao funcionamento dos equipamentos;
- 6.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- 6.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.7. abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto;
- 6.1.8. arcar com todos os encargos decorrentes da contratação, especialmente os referentes a tributos, taxas, fretes e seguros;
- 6.1.9. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 6.1.10. exigir de seus prepostos o cumprimento das normas da Contratante;
- 6.1.11. prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefones, *e-mail*, e o nome do preposto.
7. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
8. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- d) haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
9. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.
- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
10. **DO PAGAMENTO**

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.
- 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3/2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3/2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.13. Nas datas de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

Sendo:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)/365, sendo TX = Percentual da taxa anual = 6% = 0,06

11. DO REAJUSTE
- 11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas
12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução para o presente processo de aquisição.
13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:
- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. cometer fraude fiscal;
- 13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 13.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. multa moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 13.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 13.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.
- 13.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 13.5. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 13.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observado-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.
- 13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.
- 14.1. O custo estimado da contratação é **R\$ 249.055,77**.
- 14.2. Tal valor foi obtido a partir das pesquisas de mercado, seguindo procedimento determinado pela IN nº 73/2020.

- 14.3. Além da pesquisa no Painele de Preços e seguindo-se a ordem da IN nº 73/2020, foi também realizada consulta a aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, conforme previsto no inciso II do artigo 5º da mencionada Instrução. A consulta ocorreu por meio de solicitação de informações, via e-mail, a diversos órgãos públicos. Os órgãos consultados, no entanto, não apresentaram resposta à consulta formulada (SEI nº 0216205).
- 14.4. Diante da necessidade de complementar a pesquisa, foi realizada busca na mídia especializada, por meio de sítios eletrônicos ou de domínio amplo.
- 14.5. O resultado das pesquisas, bem como os valores de referência para a contratação, encontra-se no Quadro Comparativo de Preços, acostado aos autos sob o código nº 0216209.
15. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 15.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2020, e sua classificação será informada no Edital do presente processo licitatório

Brasília, 24 de setembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por JEFERSON NASCIMENTO AQUILAR PEY, Oficial de Inteligência, em 28/09/2020, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abin.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0216217** e o código CRC **68C513C6**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra  
Atualização: Outubro/2019

**Referência:** Processo nº 00091.009317/2020-91

SEI nº 0216217

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -